

Há alguns anos, comentadores como Arley Moreno e Gordon Baker começaram a sugerir que abordemos o movimento do pensamento que encontramos no *Espólio* de Wittgenstein como uma progressiva expansão do campo criterial dos conceitos e das condições da sua análise possível, numa direção que extrapola os sistemas proposicionais para as associações de práticas, as vivências do sentido. É dessa meada que buscamos aqui puxar um fio. Talvez seja mais apropriado inverter a metáfora e falar de um fio *em busca* da sua meada – e com isso acatamos uma sugestão do nosso anfitrião, João Carlos Salles, quem se refere a um movimento da obra que pode aparecer quando esta é abordada, com vantagem, ao revés. Desse ponto de vista, interessa-nos aqui estudar um aspecto da operação da noção de regra no momento em que o conceito de *uso* se aproxima, no final dos anos 1940, da sua plena maturidade.¹

Começamos ressaltando uma linha que conduz da precoce noção de *familiaridade* (PG), no início dos anos 1930, àquela, tardia, de forma de vida, tal como usada em textos dos anos 1940.² A familiaridade indicava o âmbito do uso de regras, o pano de fundo do sentido. Tratava-se, ali, de apontar o momento em que, por exemplo, na aparente indistinção da empiria, os contornos de uma forma se deixam identificar. Quando um rosto se destaca na neblina, através de algum complexo de traços essenciais que o perfazem, ainda que sem a nitidez de um rosto singular, a função satisfeita

* Professor do Departamento de Filosofia da UFBA.

¹ Cf. Moreno, 2008.

² A despeito de predominar na sua obra um estilo aforismático, Wittgenstein é um filósofo sistemático: constrói sistemas de conceitos co-operatórios, ainda que não sistemas verticais, arquitetônicos. Ler o *Espólio* aproximando léxicos distantes no tempo para ressaltar certos percursos de construções conceituais pode, então, mostrar-se um exercício exegético frutuoso.

pela ocorrência concreta dos traços do rosto que se desenha é aquela de *familiaridade com um rosto humano* – do qual podemos, de resto, oferecer um *exemplo ideal*, uma caricatura. O exemplo ideal serve de regra para a operação do conceito ‘rosto’.

Isto significa que uma análise adequada do conceito de ‘rosto’ não obterá sucesso com a apresentação de elementos que, no contexto de alguma estrutura, contribuam para a construção dessa estrutura no mesmo sentido em que as partes de um todo perfazem, progressivamente, o todo de que fazem parte. Uma análise do conceito de rosto que se inspirasse no modelo da química não se mostraria esclarecedora. O exemplo ideal, que serve de regra para o que poderíamos chamar de essência do rosto, não mantém conexões que se ocultem no momento do reconhecimento do rosto através de um hábito familiar. Isso implica que as regras são o que há de último, no sentido lógico de ‘último’ (DW/S, p. 188). Mas se não fosse esse o caso, como seria ir além dessa ultimidade das regras, além das suas vivências características?

Em face de alguém que declarasse haver esquecido determinada cor – ou melhor, que declarasse haver esquecido o que significa, por exemplo, ‘azul’ –, poderíamos fazer muitas coisas: mostrar um objeto azul, levar a pessoa a lembrar-se de determinada mancha azul, enunciar a palavra alemã ‘*blau*’, etc. (PG §38). Mas o objetivo dessas intervenções esclarecedoras não seria o de restabelecer no espírito do interlocutor uma conexão perdida que, no entanto, permanecesse latente e pudesse ser trazida à luz, a saber, aquela entre ‘azul’ e o azul.

Pois se aquilo que é restabelecido é a sua compreensão da palavra, então isto pode manifestar-se em processos os mais variados, e por trás dessas manifestações não há ainda um processo ulterior, a compreensão ela mesma, que acompanhasse e causasse essas manifestações, como a dor de dente ao gemido, ao gesto de segurar o queixo e puxar a face, etc.³ (PG §38)

³ “Denn wenn das, was wiederhergestellt ist, sein Verständnis des Wortes ist, so kann sich das in sehr verschiedenartigen Vorgängen äußern und hinter diesen Äußerungen steckt nun nicht noch ein Vorgang, das eigentliche Verstehen, das diese Äußerungen

Neste mesmo sentido, e voltando à metáfora da análise à maneira da química, “não há proposições atômicas escondidas” (LC, p. 11), latentes, em proposições moleculares – como diz o filósofo em uma aula quase contemporânea aos primeiros manuscritos coligidos na *Gramática filosófica*. O máximo que se pode dizer é que podemos falar de proposições atômicas relativamente a um critério que se exiba no seu próprio valor de face (“*on their face*”), ou seja, de maneira reconhecível sem ulteriores análises ou com mais pesquisa – por exemplo, diante de marcadores como aqueles da ausência de certos conectores (‘e’, ‘ou’, etc.) (ibid.). É interessante levar a sério o fraseamento anotado por Alice Ambrose nessa aula de 1932, “*on their face*”; a escolha de palavras aqui pode sugerir que a noção de familiaridade já prepara, no início dos anos 1930, o valor que terá a metáfora do olhar, a ‘visão da prática’, nos anos 1940. “Que efeito tem uma definição ostensiva? (...) A definição como parte do cálculo não pode operar à **distância**. Ela age apenas à medida que é aplicada”⁴ (PG §39, ênfase nossa). Pedir que se definam as proposições moleculares como aquelas que trariam em si, como que escondidas de um primeiro olhar, proposições atômicas, é *pensar* sobre elas sem *olhar* para o seu emprego mais de perto, e portanto abordá-las com uma atitude, como se viu, pouco esclarecedora. Em mais de um lugar Wittgenstein se refere à atitude do filósofo frente ao sentido como aquela de alguém que *desaprende* a falar, que volta a um estado infante. Poderíamos igualmente dizer que o filósofo turva a familiaridade por meio de um *afastamento* do olhar. Familiaridade, distância indevida do olhar e confusão conceitual (e também o tema do filósofo como infante, como criança) se unem na sequência do parágrafo 38 da *Gramática filosófica*, cujo início citamos acima em destaque:

Se agora me perguntam se eu queria dizer, acerca do compreender, que não existe uma tal coisa, mas apenas manifestações da compreensão, devo responder que esta é uma pergunta tão sem sentido quanto aquela sobre se existe um número três. Posso apenas descrever aos

begleitet und verursacht, wie die Zahnschmerzen das Stöhnen, Halten der Wange, Verziehn des Gesichts, etc.”

⁴ Welche Wirkung hat die hinweisende Erklärung? (...) Die Erklärung als Teil des Kalküls kann nicht in die Ferne wirken. Sie wirkt nur soweit sie angewandt wird“.

bocados a gramática da palavra ‘compreender’ e assinalar que ela difere daquilo que estaríamos inclinados a retratar [representar] sem olhar de perto. Somos como o pequeno pintor Klecksel⁵ que desenha dois olhos no perfil de um homem, pois sabe que seres humanos têm dois olhos.⁶ (PG §38)

Poderíamos talvez dizer que “o conceito tentador” aqui “é: ‘a descrição *completa* daquilo que uma pessoa vê”⁷ (BPP I, §984). Mas o problema com a criança que desenha dois olhos num perfil não consiste tanto em que ela não saiba representar adequadamente o perfil de um ser humano, em termos de algum tipo de incapacidade. O problema, se assim quisermos pôr as coisas, é que ela não tem familiaridade com um outro tipo de objeto que não ‘rosto’, a saber, ‘perfil’. ‘Perfil’ é certamente uma noção próxima àquela de ‘rosto’ – mas não indica, como sabemos, o mesmo tipo de objeto. Por via de um *ver-cómo* adequado, a questão é a da identificação de objetos, ou seja, de orientação no campo objetivo que a gramática organiza. Neste sentido, a pergunta a fazer à criança desenhadora, mais do que se prender com um tipo qualquer de capacidade ou exaustividade, prende-se com saber ela o que é um perfil (e, por contraste sutil, o que é um rosto), o que é o desenho de um perfil, etc.

⁵ Personagem infantil de *Maler Klecksel (Klecksel o pintor)*, de Wilhelm Busch (1884). As historinhas para crianças de W. Busch, acompanhadas de *cartoons* característicos, eram muito conhecidas nos espaços de língua alemã, retratando situações satíricas e humorísticas, geralmente com lições morais. A mais conhecida delas é a dos guris Max e Moriz, de 1865, traduzidas por Olavo Bilac como *Juca e Chico*. A figura a que se refere Wittgenstein ilustra os seguintes versos: “Zunächst mit einem Schieferstiele / Macht er Gesichter im Profile; / Zwei Augen aber fehlen nie, / Denn die, das weiß er, haben sie”.

⁶ “Würde man mich daraufhin fragen, ob ich also meinte, daß es gar kein Verstehen gebe, sondern nur Äußerungen des Verstehens, so müßte ich antworten, daß diese Frage so sinnlos ist, wie die, ob es eine Drei gibt. Ich kann nur die Grammatik des Wortes ‘Verstehen’ (bruchstückweise) beschreiben und darauf hinweisen, daß sie nicht so ist, wie man sie ohne genau hinzusehen, darstellen möchte. Es geht uns hier so, wie dem kleinen Maler Klecksel, der das menschliche Profil mit zwei Augen zeichnet, weil er weiß, daß der Mensch zwei Augen hat.”

⁷ “Der verführerische Begriff ist: ‚die *vollständige* Beschreibung dessen, was man sieht‘.”

A criança segue a regra adequadamente? Mais ainda: segue ela uma regra *de todo*? Podemos supor que sim. Por exemplo, poderíamos explicitar a sua regra como algo mais ou menos como: um perfil/rosto desenha-se juntando numa superfície (bidimensional) tudo o que seres humanos têm acima do pescoço. Não importa o que *tudo e ter* signifique.

– A imagem está *lá*. E não contesto a sua validade em nenhum caso particular. – Simplesmente me deixe agora compreender, também, a aplicação da imagem.⁸ (PU §423).

A imagem está *lá*; e não contesto a sua *correção*. Mas *qual* [o que é] o seu emprego? Pense na imagem da cegueira como uma escuridão na alma ou na cabeça do cego.⁹ (PU §424)

Mais do que a visão das regras, paulatinamente vai ganhando mais importância, nos manuscritos, a questão da forma “como se concebe a infusão de conhecimento em práticas sociais, em ‘formas de vida’” (STERN 2004, p.161). “Como exatamente devem ser entendidas as práticas em questão?”, pergunta-se Stern (ib.). Uma possibilidade é a de conceber práticas como “o que quer que deva estar disponível para que o jogo de linguagem avance. Esta concepção complementar de práticas é como ‘pano de fundo’ (*background*)” (ib.).

Uma maneira de exprimir este movimento da obra é dizer que, nos anos 40, já não basta exprimir uma regra de uso de signos para se atingir uma análise ou clareza completa. Por que? Porque as próprias regras, afinal, deixam lacunas ao esclarecimento, que não se perfaz – pelo menos já não em todos os casos – em termos da explicitação de um cálculo de contextos adequados em sistemas proposicionais. A exortação para não se *pensar* mas *olhar* (PU §66), que em algum momento exprimia o essencial da mudança

⁸ “– Das Bild ist da. Und seine Gültigkeit im besonderen Falle bestreite ich nicht. – Nur lass mich jetzt noch die Anwendung des Bildes verstehen”.

⁹ “Das Bild ist *da*; und ich bestreite seine *Richtigkeit* nicht. Aber *was* ist seine Anwendung? Denke an das Bild der Blindheit als einer Dunkelheit in der Seele oder im Kopf des Blinden.”

de atitude filosófica do “novo método”, ganha, então, uma nova etapa: aquela de *agir*. As nossas regras não são suficientes: a prática (por exemplo, os passos de um ritual) “tem de falar por si própria” (ÜG §139). Encontramos aqui o mesmo fraseamento que o filósofo já havia usado com relação à lógica quase 40 anos antes. Voltaremos a isto.

Até que ponto a dependência da inteligibilidade da experiência em relação à gramática não significa que, nalgum momento, não poderá haver duas formas de vida cujos conceitos não sejam sequer comparáveis, i.e., minimamente inteligíveis para a outra? Esta pergunta não deixa de estar ligada à questão da relação entre a regra e o caso:

Compreender a regra que governa o uso de uma expressão F, por exemplo, significa, parece, saber que F não deve ser aplicado senão a coisas que têm em comum o fato de satisfazer uma certa condição ϕ . Os casos novos não podem, evidentemente, não se parecer, sob um certo aspecto que é, nesse caso, determinante, com os casos anteriores. Mas o ponto para o qual Wittgenstein quer chamar a nossa atenção é, como o assinala Crispin Wright, que “os meus julgamentos de semelhança são uma *consequência*, mais do que a base, dos meus julgamentos relativos à aplicabilidade de F” (*Wittgenstein on the foundations of mathematics*, p. 32). A impressão de familiaridade (*déjà connu*) que experimentamos na presença do caso novo e a propensão [ou disposição] a aplicar novamente a expressão apropriada são, na realidade, uma única e a mesma coisa (Bouveresse 1987, p. 37-38).

O contexto da propensão a aplicar novamente a expressão apropriada a um caso, nos anos 40, é cada vez mais claramente o de uma associação de práticas (por analogia com a “associação de ideias”). É nesse contexto, o da *Praxis* que forma sistema, que se mostra, por exemplo, o *espírito* dos rituais, a sua profundidade *objetiva*. Se Frazer enxergava em certos rituais de cura um equívoco, ou até mesmo uma hipocrisia (como seria a atitude do chefe tribal

que, de alguma maneira, *sabe* que não pode *causar* a chuva com um gesto), é porque lhe faltava este tipo de perspicuidade analítica. Não que alguma hipocrisia não possa desempenhar um papel naquelas práticas rituais e mágicas; mas o farão “apenas na medida em que vão de par, geralmente, com a maioria das coisas que as pessoas fazem”¹⁰ (BF II, p. 138). É então preciso estar muito integrado ao contexto da *Assoziation der Gebräuche* pertinente para ter a sensibilidade despertada a esses aspectos, para não ser cego para eles. Tomemos um exemplo da história. Os povos babilônicos rezavam aos deuses para evocar e favorecer o desempenho sexual. Podemos imaginar facilmente um padre católico que simplesmente não consiga visualizar uma maneira de estender o conceito de oração até a essa prática. Note-se que a resistência à comparação só se compreende olhando-se para “a maioria das coisas que as pessoas fazem”, e não a uma análise estrita do conceito de oração. Entre os babilônicos a natureza sacramental da oração (subordinada à indulgência dos deuses) não era incompatível com a temática do prazer sexual – em vivo contraste com o *ethos* cristão, em cujo horizonte estava o espírito descarnado.¹¹ Há ligações intermediárias que regimentam aquela possibilidade no primeiro caso, e não no segundo. Cedo nos anos 1930 o filósofo já tinha consciência da importância das práticas para o seguir regras, mesmo que não estivesse interessado em explorar, ainda, os aspectos dos quais se veio a ocupar mais tarde. Numa aula de 1932, um aluno anotou: “As pessoas podem debater acerca de quantos braços tem Deus, e alguém pode ingressar no debate negando que se possa falar de braços de Deus. Isto lançaria uma luz no uso da palavra. O que é ridículo ou blasfemo também mostra a Gramática da Palavra”¹² (LC, p. 32).

É interessante observar a maneira como espírito (*Geist*) e objetividade seguem se imbricando de formas cada vez mais complicadas e sutis.

¹⁰ “Dass dabei irgendeine Heuchelei eine Rolle spielt, ist nur wahr, sofern sie überhaupt bei dem meisten was Menschen tun nahe liegt.”

¹¹ Cf. BOTTERO, Jean. Tout commence à Babylone. In: AAVV, *Amour et sexualité en Occident* (intr. Georges Duby, Paris: Points, 1991, p. 24).

¹² “People might dispute about how many arms God had, and someone might enter the dispute by denying that one could talk about arms of God. This would throw light on the use of the Word. What is ridiculous or blasphemous also shows the Grammar of the Word.”

“Quando utilizamos a abordagem etnológica, significa isto que tomamos a filosofia como etnologia? Não; significa apenas que levamos ainda mais para fora o nosso ponto de vista, de maneira a poder ver as coisas *mais objetivamente*”¹³ (VB, MS 162b 67r: 2.7.1940). Eis uma fonte de muitos mal-entendidos na recepção do “novo método”. Objetividade, aqui, continua a ser o que sempre foi: o funcionamento do simbolismo ele mesmo, no seu uso público e passível de esclarecimento em definições verbais, como dizia Frege. Mas o próprio sentido do que conta como simbolismo se amplia. E será preciso então adaptar os instrumentos de *Kontrolle* ao campo ampliado em que o “novo método” passa a colher os seus elementos. Uma pessoa inventa um jogo em que um jogador sempre ganhasse (BGM II, §77) e se entusiasma com a própria engenhosidade. Alguém lhe chama a atenção para isso. E agora, embora possa continuar a jogar, i.e., a realizar todos os movimentos corretos – ou seja, a seguir a regra –, já não é mais capaz de se animar a fazê-lo. Algo falha no uso. Pois era essencial ao jogo que se tentasse cegamente vencê-lo – e agora já se sabe que isso não é possível. Não há tentativa de vitória se ela já está garantida, da mesma maneira como não há propriamente negociação se não houver possibilidade de cedências mútuas, ou se elas já estiverem unilateralmente decididas de saída.

De certa maneira, o contexto institucional amplo das associações de práticas constitui o novo espaço lógico: é nele que se delineiam os limites do campo objetivo – tal como os sistemas de regras no início dos anos 30. Esses limites, por outro lado, conquanto comportem restrições a priori (mostradas, um dia, inapelavelmente pela forma lógica), não são definitivos. Assim, uma das limitações do período do cálculo, atinente à descrição positiva possível da mudança gramatical (alterar uma regra, um cálculo, é *necessariamente* passar a outra), ganha uma nova luz. A noção de certeza como uma espécie de delineamento da geografia lógica do sagrado (i.e., daquilo que não se está disposto, pelo menos não sem resistências fortes da vontade, a sacrificar), pluraliza o campo do ético, conquanto o mantenha

¹³ “Wenn wir die ethnologische Betrachtungsweise verwenden, heißt das, dass wir die Philosophie für Ethnologie erklären? Nein es heißt nur, dass wir unsern Standpunkt weit draußen einnehmen, um die Dinge *objektiver* sehen zu können.”

muito além de qualquer mero acordo de opiniões. O procedimento filosófico do novo método, esse, destina-se a “apresentar a maior diversidade possível de mitologias, com a finalidade de relativizar cada uma, e aquela em particular que gerou a terapia” (Moreno 2004, p. 67). “Relativizar cada uma” significa aqui, apenas, mostrar a sua diversidade – mas não significa negar que, internamente, elas não gerem, cada uma, o seu campo (originalmente arbitrário) de necessidades e possibilidades: o seu “nível dos conceitos” (id., p. 69). O que se mostra, assim, é que persuadir-se a mudar de adesão a uma imagem de mundo é possível, sim, mas não por algum tipo de convencimento diante de fatos – e sim por uma mudança de adesão a razões cujas conexões ultrapassam as próprias regras. É por isso que está mais próximo dum *salto da fé*. E não obstante, essas razões se mostram objetivamente, numa associação de práticas – tal como as ligações intermediárias mostram objetivamente as subordinações entre jogos de linguagem.

Charles Travis (1989, p. 85) chama a atenção para o fato de que, na linguagem extremamente simples do parágrafo 2 das *Investigações*, não há uma especificação do que se deve entender por “vez” (como em ‘Agora é a vez de fulano’). Em seguida assinala, contudo, que se fazemos depender a noção de clareza da antecipação de problemas futuros de interpretação, nunca haverá clareza (id., p. 86) – o que é bastante razoável. No entanto, não deixa de ficar sugerida, na observação de Travis, uma ideia já mencionada acima e que só amadurecerá nos últimos manuscritos do filósofo: a de que até mesmo “as regras deixam portas de trás abertas”¹⁴ (ÜG, §139) à compreensão.

O que significa dizer que até mesmo as regras deixam portas de trás abertas à compreensão? Não serão mais as regras “o que há de último”? Assume-se então uma ideia veementemente negada no início dos anos 30, a saber, a de que há algo “por trás” das regras que não seja uma *Scheinwesen*, uma fantasia filosófica?

Aqui é preciso avançar com cuidado. Há dois aspectos que nos importa ressaltar: o do avanço do campo objetivo, com o fim de melhor “fazer

¹⁴ “Unsre Regeln lassen Hintertüren offen.”

justiça aos fatos”, por um lado, e o de uma mutação do âmbito autônomo do simbolismo, por outro.

O primeiro aspecto é claramente exemplificado nas seguintes passagens:

Julgamos uma ação de acordo com o seu pano de fundo no seio da vida humana, e esse pano de fundo não é monocromático; ao contrário, podemos representá-lo como um complicadíssimo padrão filigranado, o qual, certamente, não podemos copiar, mas que podemos reconhecer a partir da impressão geral que ele deixa.¹⁵ (BPP II, §624).

O pano de fundo é o azáfama da vida. E o nosso conceito aponta para alguma coisa no interior *desse* azáfama.¹⁶ (id., §625)

Como poderia ser descrito o comportamento humano? Certamente apenas mostrando as ações de uma variedade de humanos, a maneira como estão todas misturadas umas com as outras. Não o que *um* homem está a fazer *agora*, mas todo o seu bulício é o pano de fundo contra o qual visualizamos uma ação, e que determina o nosso julgamento, os nossos conceitos e as nossas reações.¹⁷ (id., §629)

Esta expansão última do campo criterial dos conceitos ao contexto

¹⁵ “Wir beurteilen eine Handlung nach ihrem Hintergrund im menschlichen Leben, und dieser Hintergrund ist nicht einfarbig, sondern wir könnten ihn uns als ein sehr kompliziertes filigranes Muster vorstellen, das wir zwar nicht nachzeichnen könnten, aber nach seinem allgemeinen Eindruck wiedererkennen”.

¹⁶ “Der Hintergrund ist das Getriebe des Lebens. Und unser Begriff bezeichnet etwas in *diesem* Getriebe.”

¹⁷ “Wie könnte man die menschliche Handlungsweise beschreiben? Doch nun, indem man die Handlungen der verschiedenen Menschen, wie sie durcheinanderwimmeln, zeigte. Nicht, was *Einer jetzt* tut, sondern das ganze Gewimmel ist der Hintergrund, worauf wir eine Handlung sehen, und bestimmt unser Urteil, unsere Begriffe und Reaktionen.”

institucional amplo (*die Umgebung*) das associações de práticas modifica o que se entende por âmbito autônomo da linguagem. A famosa máxima que alude à autonomia do simbolismo linguístico relativamente à empiria ou a um campo transcendental puro, “x deve falar por [ou cuidar de] si própria”, foi saturada, em diferentes momentos, pela lógica (TB 22/8/14), pela linguagem (PG I, §2) e, finalmente, pela *prática* (ÜG §139). Nesta mesma direção, o sistema de constituintes que perfaz o campo criterial de base do simbolismo linguístico – ou seja, o seu âmbito autônomo – pode ser identificado, em três momentos diferentes no filósofo, com as regras internas a sistemas de regras, com sistemas de regras diversamente integrados, i.e., jogos de linguagem, e, finalmente, com o contexto institucional amplo das associações de práticas. Tal foi o percurso do qual quisemos ressaltar alguns aspectos no seu derradeiro movimento.

Finalmente, na última fase de Wittgenstein, se até mesmo “as nossas regras deixam portas de trás abertas” (ÜG §139), então só a prática é boa candidata a campo autônomo, pois só ela forma sistema – ainda que não de maneira fixa e definitiva. Em tal contexto, uma situação adequada (*passende Situation*) de uso (ÜG §10) não marca apenas um domínio apropriado numa cadeia de regras em termos estritos, mas, mais profundamente, o espaço familiar do *homem razoável* (ÜG §§19, 138-44), no qual se desdobram as suas finalidades e convicções (PU §607). Será este o derradeiro contexto em que se desenrola uma análise conceitual completa no sentido relevante para Wittgenstein (PU §133; cf. também PB I,1). É este o sentido da exortação posterior ao *olhar sem pensar*, i.e., a *ação*: a boa análise, nesta perspectiva, dependerá não apenas das comparações gramaticais conducentes à visão perspicua (*Übersicht*) terapêutica, mas, sobretudo – esta é a ênfase tardia do nosso filósofo –, da integração apropriada à associação de práticas sob escrutínio por parte do analista.

O que conta em geral e definitivamente como apropriado, aqui, continua, no entanto, a não poder dizer-se.

Referências

Obs.: A referência dos Datiloscritos (DS) e Manuscritos (MS) citados de Wittgenstein é o *Nachlass* (N). DS 213 = *Big Typescript*.

BAKER, Gordon. *Wittgenstein's Method: Neglected Aspects*, ed. e intr. Katherine Morris, Malden, MA: Blackwell, 2004.

BOUVERESSE, Jacques. *La force de la règle. Wittgenstein et l'invention de la nécessité*, Paris: Minuit, 1987.

MORENO, Arley R.. Erro, ilusão, loucura. In: PRADO JR., Bento, com comentários de A. R. Moreno, S. Cardoso e P. E. Arantes, *Erro, ilusão, loucura*, São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 57-74.

MORENO, Arley R., *Conceptions d'autonomie chez Wittgenstein: un parcours*, 2008. (mimeo.).

TRAVIS, Charles. *The Uses of Sense. Wittgenstein's Philosophy of Language*, NY: Oxford U. P., 1989.

WITTGENSTEIN, L.:

BF – *Remarks on Frazer's Golden Bough / Bemerkungen über Frazers Golden Bough*, ed. bil., in PO, pp. 118-154.

BPP1 / BPP2 – *Remarks on the Philosophy of Psychology / Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie*, 2 vols., ed. bil., ed. G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright, tr. G.E.M. Anscombe, The U. of Chicago P., 1980.

DWIS – *Dictées de Wittgenstein à Waismann et pour Schlick I – Textes inédits – années 1930*, ed. A. Soulez, org. G. Baker, tr. C. Chauviré et al., Paris: PUF, 1997.

LC – *Wittgenstein's Lectures – Cambridge, 1932-1935*, ed. Alice Ambrose, NY: Prometheus Books, 2001.

N – *Wittgenstein's Nachlass – The Bergen Electronic Edition*, Oxford U.P./Univ. of Bergen, 2000.

PB – *Philosophische Bemerkungen*, ed. Rush Rhees, Frankfurt: Suhrkamp, 1970.

PG – *Philosophische Grammatik*, ed. Rush Rhees, Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

PO – *Philosophical Occasions 1912-1951*, ed. J. Klagge e A. Nordmann, Indianapolis: Hackett, 1993.

PU – *Philosophical Investigations / Philosophische Untersuchungen*, 3. ed. bil., ed.

R. Rhees e G.E.M. Anscombe, tr. G.E.M. Anscombe, Blackwell, 2001.

TB – *Notebooks 1914-1916 / Tagebücher 1914-1916*, ed. bil., ed. G.H. von Wright, ed. e tr. G.E.M. Anscombe, NY: Harper Torchbooks, 1961.

ÜG – *Da certeza / Über Gewissheit*, ed. bil., ed. G.H. von Wright e G.E.M. Anscombe, tr. M. E. Costa, Lisboa: Ed. 70, 1990.

VB – *Culture and Value / Vermischte Bemerkungen*, 2. ed. bil., ed. G.H. von Wright, rev. Alois Pichler, tr. Peter Winch, Blackwell, 1998.

Projeto gráfico
Quarteto Editora

Capa
AtelierCasa de Criação

Coleção Empiria
Editor: João Carlos Salles

Conselho Editorial: Abel Lassalle Casanave, André Leclerc, Arley R. Moreno, Carlos B. Gutiérrez, Daniel Tourinho Peres, João Carlos Salles e Paulo Roberto Margutti Pinto.

Grupo de Estudos e Pesquisa Empirismo, Fenomenologia
e Gramática (FFCH – UFBA)
ww.efg.ufba.br

S168r Silva, João Carlos Salles Pires da.
 Certeza / Silva, João Carlos Pires da. (Org.) – Salva-
 dor: Quarteto Editora, 2012.
 244 p.
 Inclui referências
 ISBN 978-85-8005-042-4
 1. Filosofia. 2. Wittgenstein. 3. Fenomenologia I. Tí-
 tulo II. Silva, João Carlos Salles Pires da

CDU 101.8

Quarteto Editora

Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213- Ed. Golden Plaza,
sala 702 – Parque Bela Vista – Brotas Cep.: 41275-000
Salvador – Bahia
Telefone: 0(xx) 71-3452-0210 – Telefax: 0(xx) 71-3353-5364
email: quarteto.livros@compos.com.br